Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9584/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/13964/2015
PROTOCOLO	:	1618278
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
JURISDICIONADO	:	NAIR APARECIDA LORENCINI RUSSO
CARGO DO JURISDICIONADO	:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
TIPO DE PROCESSO	:	NOTA DE EMPENHO Nº 1887/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2015
OBJETO	:	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS
FAVORECIDA	:	J. V.LIMA – PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA
VALOR INICIAL	:	R$ 38.867,50
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUIZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

SUBSTITUTIVO CONTRATUAL - 2ª FASE - NOTA DE EMPENHO – FORMALIZAÇÃO – LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS – ATOS REGULARES E LEGAIS - PROSSEGUIMENTO.

Trata-se do exame dos atos de formalização do Substitutivo Contratual representado pela Nota de Empenho nº 1887/2015 (fl. 33).

A presente contratação foi precedida do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 113/2015, em que se baseou a Ata de Registro de Preços nº 43/2015, já apreciados e aprovados conforme atesta a Decisão Singular DSG – G.ICN 6753/2015 (TC-10791/2015) ao qual se vincula, nos termos do Estatuto das Licitações e Contratos.

O objeto da nota de empenho é a locação de estrutura para a realização de eventos no valor de R$ 38.867,50 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)..

Destarte, análise recai sobre o exame dos atos praticados na segunda fase, incidindo sobre a formalização do substitutivo contratual, conforme estabelece o art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Destarte, a unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados no curso da 2ª fase da contratação emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e

legalidade de tais procedimentos, consoante Análise ANA – 2ª ICE – 17329/2016 (fls. 34/36).

O douto Ministério Público de Contas prolatou o r. Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR. JAC-19587/2016 (fl. 37), pugnando pela regularidade e legalidade dos atos praticados no âmbito desta 2ª fase ora examinada.

É o relatório, no essencial.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

A presente contratação foi precedida do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 113/2015, em que se baseou a Ata de Registro de Preços nº 43/2015, já apreciados e aprovados conforme atesta a Decisão Singular DSG – G.ICN 6753/2015 (TC-10791/2015) ao qual se vincula, nos termos do Estatuto das Licitações e Contratos.

O objeto da nota de empenho é a locação de estrutura para a realização de eventos, conforme detalhamento contido na referida Nota de Empenho (fl. 33).

O valor pactuado entre as partes importa em R$ 38.867,50 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme consignado na Nota de Empenho (fl. 33).

Destarte, análise recai sobre o exame dos atos praticados na segunda fase, incidindo sobre a formalização do substitutivo contratual, conforme estabelece o art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Examinando o presente feito e verificada a observância das exigências legais o Corpo Técnico se pronuncia pela regularidade e legalidade de tais atos, nos seguintes termos (fl. 35), *in verbis:*

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade e legalidade** da formalização do **Empenho nº 1887/2015** emitido pelo **Município de Nova Andradina** (CNPJ nº 03.173.317/0001-18) em favor da empresa **J. V. Lima - Produção e Organização de Eventos Ltda** (CNPJ nº 00.325.396/0001-47), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. a alínea "b" do inciso IV do art. 122 do Regimento Interno

Adotando a mesma linha de entendimento do Corpo Técnico, o douto Ministério Público de Contas oferece o seu r. Parecer pela regularidade e legalidade dos atos

praticados nesta segunda fase mediante a seguinte dicção (fl. 37), *verbis*:

> Ante o exposto, opinamos pela **regularidade e legalidade** da formalização do contrato (2ª fase), nos termos do artigo 120, II, c/c 122, III, "a", ambos da RN/TC/MS nº 76/2013.

Comungo com o entendimento esposado pelo eminente Procurador de Contas, porquanto, conforme testemunha o Corpo Técnico, os atos de gestão praticados no bojo destes autos foram considerados regulares e legais, uma vez que evidenciadas a regular formalização do substitutivo contratual representado pela nota de empenho ora apreciada e apta a dar sustentação às aquisições a que se propõe,

Mediante o exposto e, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 10, II, § 3º, IV, "a", V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, **DECIDO:**

1 – pela regularidade e legalidade da formalização do Substitutivo do Contrato Administrativo representado pela Nota de Empenho nº 1887/2015 (fl. 33) emitida pelo Município de Nova Andradina/MS, CNPJ/MF nº 03.173.317/0001-18, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por sua Secretária, Senhora Nair Aparecida Lorencini Russo, CPF/MF nº 511.365.541-49, em favor da Empresa J. V. Lima – Produção e Organização de Eventos Ltda. (CNPJ nº 00.325.396/0001-47), por seu Representante, como favorecida, por guardarem conformidade com as disposições legais, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o exame do acompanhamento da execução financeira, na forma regimental;

3 – É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2016.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator